

APRESENTAÇÃO

DOI: 10.61623/cpe.v11n16.a01

Almir Lima Nascimento*

Este número dos *Cadernos de Política Exterior* reúne doze textos que refletem a pluralidade e a complexidade dos temas contemporâneos da política externa brasileira e das relações internacionais. Os textos apresentam desdobramentos estratégicos, econômicos, sociais e ambientais. Os leitores são convidados a transitar entre temas que passam por história, diplomacia, defesa, desenvolvimento, inovação e direitos humanos.

Em “O paradigma logístico em retrospecto: uma revisão de literatura ao longo do tempo”, os autores fazem uma revisão crítica da literatura que discute o conceito de Paradigma Logístico, proposto por Amado Cervo, aplicado à política externa brasileira entre os anos 2000 e 2010. O artigo analisa como esse paradigma, que busca combinar desenvolvimento interno e maior inserção internacional, foi interpretado e debatido na academia brasileira, a partir da identificação de consensos, críticas e atualizações teóricas.

No artigo “A Amazônia como arena estratégica da diplomacia climática brasileira: *frameworks* para a COP 30”, os autores apresentam a Amazônia como principal cenário diplomático do Brasil na governança climática global – um ativo estratégico para que se possa exercer *soft power*, construir credibilidade verde e moldar normas ambientais internacionais antes da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2025 (COP30) em Belém.

A seguir, em “O imbricamento entre direito e política na seleção de mecanismos alternativos de resolução de disputas nas Américas: avaliando o papel do Pacto de Bogotá”, os autores discutem a utilização de mecanismos alternativos de resolução de disputas (ADR) no contexto do Tratado Americano de Soluções Pacíficas (“Pacto de Bogotá”). O artigo apresenta duas perguntas de pesquisa: (i) se fatores políticos influenciam a decisão de recorrer aos mecanismos ADR e (ii) o papel dos instrumentos legais que preveem ADR

* Ministro de Segunda Classe, Diretor do IPRI/FUNAG.

nas Américas, especificamente se sua existência determina ou influencia a escolha do método específico de ADR.

O artigo “Internacionalização de políticas públicas: a internacionalização do Programa Fome Zero como instrumento da política externa dos governos Lula (2003-2010)” estuda a literatura especializada sobre a internacionalização do Programa Fome Zero com o objetivo de compreender como o programa teria sido mobilizado estrategicamente na inserção internacional do Brasil durante os governos de Lula da Silva (2003-2010), e como políticas internas podem ser vetores de projeção internacional e de transformação da posição de um país no sistema global.

No artigo “Estado de Direito com características chinesas: entre a abertura econômica e o controle político sob Xi Jinping”, a autora busca analisar como o Estado de Direito vem sendo construído, reinterpretado e operacionalizado na China contemporânea, com ênfase nos impactos da adesão à OMC e na centralização política sob Xi Jinping.

O autor de “Autonomia pela reconstrução: a política externa do governo Lula III” propõe analisar a política externa do governo Lula III com base no conceito de “autonomia pela reconstrução”, que expressa o esforço de reconstruir a política externa pós-Bolsonaro e reformar a ordem internacional em transição. Essa reconstrução ocorre em dois planos: internamente, com a recomposição de uma política externa comprometida com a democracia; e externamente, com uma inserção propositiva e reformista em temas como clima, inclusão social e governança global.

Em “Uruguaia e a Revisão Periódica Universal: um estudo de caso sobre a agenda de direitos LGBTQIAPN+ (2009-2018)”, investiga-se a influência da sociedade civil uruguaia na agenda de direitos LGBTQIAPN+ no âmbito da Revisão Periódica Universal (RPU), entre os anos de 2009 e 2018. Evidencia-se o potencial da RPU como um espaço de diálogo entre a sociedade civil e os Estados na promoção e defesa dos direitos humanos, destacando o papel transnacional da sociedade civil na formulação e implementação de políticas públicas.

No artigo “Privação humana e suas disparidades no Afeganistão e em suas regiões (2007-2018)”, os autores utilizam o Índice de Privação Humana e o modelo Alkire-Foster para analisar a pobreza em três dimensões (saúde, educação e padrões de moradia) nas oito regiões do Afeganistão, país escolhido como estudo de caso por seus índices. O conceito de pobreza possui caráter multidimensional, não se limitando apenas ao parâmetro de ausência de renda. A conclusão do artigo é de que é necessário intervenções específicas para as

necessidades de cada região do país, enquanto questões sistêmicas, como conflito e desigualdade de gênero, são essenciais para a garantia do progresso.

Por sua vez, em “Rumo a um regime global de segurança cibernética”, argumenta-se que, ao mesmo tempo que a transformação digital das sociedades modernas impulsionou seu desenvolvimento e bem-estar, tornou-as dependentes do funcionamento contínuo e adequado das redes de informação. Tal dependência gera vulnerabilidades a falhas sistêmicas, erros humanos, acidentes e ações maliciosas contra esses sistemas.

Passando ao artigo “A diplomacia naval brasileira no fomento à base industrial de defesa no Cone Sul (2021-2023)”, os autores investigam a hipótese de que a diplomacia naval, por meio das adidâncias, desempenhe um papel estratégico no fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID), ampliando a sua presença e competitividade no cenário internacional e, também como agente impulsionador desta base, contribuindo para a inserção do Brasil em cadeias produtivas regionais.

Apresentando um episódio pouco conhecido da história da política externa brasileira, o artigo “A Embaixada do Brasil em Barcelona: a transferência da sede da chancelaria brasileira para a Catalunha na Guerra Civil Espanhola (1938-1939)”, diz respeito ao breve período em que a Embaixada do Brasil na Espanha funcionou em Barcelona, e não em Madri. A documentação extraída dos arquivos do Itamaraty demonstra uma conduta da Chancelaria brasileira que anteciparia a postura de neutralidade estratégica durante a Segunda Guerra Mundial, como se depreende das doações de café e açúcar tanto para republicanos quanto para nacionalistas – ainda que sob sigilo neste caso –, e merece seção especial na história da política externa do Brasil.

Por fim, em “Da construção de pontes ao *design* de chips: a diplomacia dos chips Brasil-Malásia e a necessidade de inovar nas relações bilaterais com países do Sul Global”, registra-se, como estudo de caso, os esforços empreendidos desde 2023 para desenvolver uma agenda bilateral em semicondutores entre Brasil e Malásia. A denominada “diplomacia dos chips” procurou aproveitar o contexto político favorável e utilizou a diplomacia da inovação como instrumento para, após analisar as características do setor nos dois países, apoiar ações alinhadas às prioridades das políticas industriais brasileira e malásia.

A presente edição dos *Cadernos de Política Exterior* tem o intuito de oferecer ao leitor um panorama abrangente e crítico das transformações recentes nas relações internacionais, na política externa brasileira e nos desafios contemporâneos da diplomacia, da defesa, da cooperação internacional, da governança global e das mudanças sociais. Cada artigo, a seu modo, visa contribuir para o entendimento dos vetores que influenciam e chegam a

moldar o posicionamento do Brasil no mundo e das alternativas possíveis para os desafios que se apresentam.

Com o objetivo oferecer artigos de informação e análise sobre temas da política externa do Brasil, esse número 16 inova na proposta de formato disponibilizada ao público ao inaugurar a versão bilíngue do periódico. Esse novo esforço visa ampliar o alcance e o impacto dos artigos apresentados, buscando atingir um maior número de leitores em outros países, contribuindo, assim, para o aprofundamento do debate público nessa área no Brasil e no exterior.